



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



ACÇÃO DE EXTENSÃO NA RESERVA XAKRIABÁ: A VALORIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Área temática: Meio Ambiente

Silvanete Neves dos Santos¹; Brayonn Mascarenhas Azevedo¹; Afrânio Adailton Araújo¹; Adson Pereira dos Santos¹; Armando Pêgo Gonçalves¹; Breno França Barbosa¹; Luís Henrique Assunção¹; Sofia Maria Gonçalves Rocha¹; Ernane Ronie Martins¹

¹Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Instituto de Ciências Agrárias (ICA); Programa de Educação Tutorial (PET) - Ministério da Educação (MEC).

Resumo: Historicamente as comunidades indígenas estão localizadas de forma periférica à economia e ao acesso à educação, no entanto, ultimamente é visível o esforço de instituições públicas e acadêmicas na tentativa de promoção de ações de extensão nesses locais, de modo a amenizar o efeito histórico da hegemonia adotada pelo Estado frente a estas comunidades. Neste contexto, ações de extensão na Reserva Indígena Xakriabá foram demandadas pela comunidade e organizadas por estudantes de graduação. Estas atividades abrangeram temas relacionados às ciências agrárias, vida rural, produção sustentável de alimentos e agroecologia. A primeira ação, realizada na Aldeia Santa Cruz pertencente a Reserva Xakriabá contou com uma participação significativa dos moradores, que se mostraram interessados em participar das oficinas. As ações desenvolvidas vão além da promoção da educação, e envolvem um contato marcante entre membros da comunidade acadêmica e indígena, já que as ações foram pensadas de forma conjunta pela comunidade e academia. A ação permite a troca de conhecimento com a comunidade, promovendo também o intercâmbio cultural.

Palavras chave: Xakriabá, agroecologia, comunidades tradicionais.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Introdução

Historicamente as reservas indígenas no Brasil, estão localizadas em um contexto periférico a respeito do acesso a informação e até o início do século XX em situação de relativa invisibilidade social e marginalidade econômica. Segundo Little (2002) isso advém da política de agrupamento social e geográfico adotado pelo Estado durante o século XIX, que se tornou rapidamente uma forma de supressão cultural-territorial.

Em 1970 essa hegemonia fica mais marcante, o Estado e o capital se aliaram para promover uma rápida modernização e urbanização, promovendo a expansão de suas fronteiras no território nacional, aumentando a pressão sobre as populações camponesas e em especial (e talvez mais marcante) sobre as populações tradicionais, ocasionando uma invisibilidade ainda maior, ao se unirem- involuntariamente- aos grupos amantes da dita ‘modernização’ (LITTLE, 2002).

Segundo DINIZ (2006) a expansão das fronteiras urbano-industriais no território nacional, trouxe consigo os chamados ‘movimentos sociais urbanos’ ao campo. Frente essas novas possibilidades os povos tradicionais nos anos 70 e 80, ao contarem com o apoio de ONGs e se organizarem em associações locais, reivindicaram junto ao Estado, um ajustamento nas condições fundiárias perante as realidades empíricas e históricas do campo. A exemplo cita-se a luta pelas terras na aldeia Xakriabá, que levou a população local a dividir-se, permanecendo na aldeia aqueles que firmaram um compromisso com a cultura, territorialidade e ancestralidade indígena, de acordo GOMES, 2006.

Porém nem mesmo esse avanço na demarcação de terras é capaz de encobrir os danos causados pela hegemonia do Estado, já que na maioria dos casos a área demarcada não é condizente com aquela historicamente ocupada (DINIZ, C.S.; MAGALHÃES, F.N.C.; MONTE-MOR, R.L.M., 2006), tanto em proporções, localização e quanto aos valores culturais empíricos históricos depositados nas antigas propriedades. Em alguns casos, a demarcação de novas terras pode promover a miscigenação de grupos e uma troca cultural, como o ocorrido na Aldeia Xakriabá.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



O território Xakriabá, situa-se no noroeste do estado de Minas Gerais no município de São João das Missões e reúne cerca de seis mil habitantes, em uma área de aproximadamente 53 mil hectares, o que, no entanto corresponde a um terço da área tradicionalmente ocupada. O território Xakriabá está localizado em uma região de transição entre o cerrado e a caatinga, contendo espécies nativas de ambos os biomas, segundo o programa POVOS INDÍGENAS NO BRASIL (2006) o clima durante o ano é predominantemente quente, e apresenta estação chuvosa dos meses de outubro a março. De um modo geral a ocupação desta área está limitada pela baixa disponibilidade de água na região, o que faz com que as aldeias se organizem geralmente às margens de rios.

Assim como ocorreu com grande parte das populações indígenas no Brasil, houve um processo histórico e aldeamento e escravidão do seu povo, onde foram obrigados a trabalhar no processo de formação de fazendas de gado às margens do Rio São Francisco. No processo de demarcação de terras (homologadas pela União, nas décadas de 1970 a 1990) o contato histórico com agricultores, escravos libertos e retirantes nordestinos que fugiam da seca, levaram-os a assumirem modalidades de sobrevivência intrínsecas à região, como agricultura de subsistência e criação de gado (GOMES, A.M.R., 2006).

De acordo com Diniz (2006) o uso do território Xakriabá está estabelecido nos moldes da economia regional, sertaneja e cabocla, prevalecendo o uso da mão de obra familiar e o trabalho coletivo, com a participação de outros membros da comunidade. As atividades produtivas são baseadas na criação de animais, pequenas lavouras e processamento de alguns alimentos, como a produção de farinha de mandioca.

As explorações agropecuárias da região são limitadas pela baixa disponibilidade hídrica associada a áreas não propícias ao cultivo, como as chapadas e outras áreas onde as mudanças nos regimes pluviométricos fizeram com que seu uso ficasse inviável. Essas condições, associado ao crescimento populacional observado nas últimas décadas, fizeram com que a produção se tornasse insuficiente para atender à população das comunidades. Como tentativa para solucionar o problema, são muitas as pessoas que procuram trabalho nas cidades vizinhas, além do emprego da força de trabalho, predominantemente

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



masculina, nas lavouras de cana de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, como assalariados temporários (DINIZ, S.C.; MAGALHÃES, F.N.C.; MONTE-MOR, R.L.M., 2006).

Em contrapartida, a criação de escolas indígenas dentro da Reserva, foi responsável por grandes mudanças dentro da comunidade. Além da geração de empregos com a contratação e capacitação de professores, merendeiras, faxineiras e secretárias, o acesso à educação amplia as oportunidades e expectativas de crianças e jovens estudantes (DINIZ, S.C.; MAGALHÃES, F.N.C.; MONTE-MOR, R.L.M., 2006).

A criação de escolas indígenas pelo Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI-MG) se deu a partir de 1997 e foi um fato marcante para os povos beneficiados. No período que antecede a criação de tais escolas, houve um incessante esforço da população local, de forma que as possibilidades de acesso à educação fossem crescendo de forma progressiva e lenta (GOMES, A.M.R., 2006).

De acordo com a abordagem da descontinuidade cultural ou conflito cultural, os alunos pertencentes a grupos minoritários (a exemplo dos indígenas), são prejudicados no seu percurso escolar e, portanto na expansão de suas expectativas devido à dificuldade de interlocução entre as suas orientações culturais e vivências cotidianas na comunidade perante as atividades didáticas propostas nas escolas, criando assim um conflito entre as diferentes modelos culturais (GOMES, A.M.R., 2006). Através desse conceito nota-se a importância no desenvolvimento de atividades que vão além do contexto da educação básica proposto pelo Estado, de forma a amenizar a descontinuidade cultural.

Já se foi o tempo onde o Estado era o único responsável pelos problemas das comunidades étnicas, como o acesso a educação, por exemplo, cada vez mais as universidades e outras instituições promovem ações de extensão nessas comunidades, que de certa forma promove o desenvolvimento pessoal, que é precursor para o desenvolvimento local. Segundo Araújo (2010), a forma de como a assistência técnica era oferecida a comunidades indígenas se transforma à medida que o desenvolvimento local passa a ser pensado como reconhecimento e fortalecimento dos saberes e da lógica desses

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



grupos, sendo entendidos como Promotores do Desenvolvimento Rural Sustentável, e, portanto, necessária à aplicação de políticas públicas adequadas.

A ausência de diálogo na introdução de conhecimentos e tecnologias de maneira vertical, nunca é bem sucedida (ARAÚJO, A.L.O., 2010), portanto deve ser analisado todo o contexto em que a comunidade está inserida, de forma que não haja imposição de visões de mundo e culturas sobre outra, o que remete novamente ao conceito de descontinuidade cultural. Segundo SILIPRANDI (2002, p. 39)

“Entender a forma como se organizam os grupos sociais com os quais lida a extensão rural, no seu fazer produtivo, na vida comunitária, na relação com o poder público, nas diversas esferas da vida cotidiana, são pressupostos que devem orientar o trabalho geral da extensão. Sem esse pressuposto, qualquer ação que se pretenda dialógica perde o sentido.”

Neste contexto as atividades de extensão desenvolvidas pelo Programa de Educação Tutorial (PET) – Agronomia e PET - Indígena juntamente com demais grupos de estudos do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA-UFMG), em aldeias na Reserva Indígena Xakriabá, objetivaram promover o diálogo entre ambiente universitário e comunidade indígena, através de ações de extensão, onde são ministradas oficinas com enfoque agroecológico, sustentável e que promovam o desenvolvimento social, pensados com ajuda de membros da própria comunidade indígena.

Desenvolvimento

As atividades são realizadas de forma conjunta aos moradores da reserva e os estudantes. Primeiramente, um grupo de estudantes responsável realiza um levantamento de oficinas disponíveis na comunidade acadêmica, grupos de estudo, pesquisa e extensão. Este levantamento é feito com base nos objetivos da oficina proposta, tema, disponibilidade de materiais, adequação a estrutura da comunidade, prática, abrangência de conhecimento e resultados esperados, buscando a participação dos demais cursos de graduação presentes ICA-UFMG e estudantes indígenas. São feitas reuniões semanais

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



entre os estudantes e orientador para que os mesmos possam apresentar as propostas e tomada de decisões. Após o levantamento, considerando a relevância do tema para a comunidade e o enriquecimento de suas práticas, é feita uma lista das atividades com uma descrição sucinta da mesma, posteriormente, apresentada a seus representantes que, junto aos demais moradores fazem a escolha e inscrição de acordo com seu interesse.

O envolvimento da comunidade vai desde a participação no levantamento das atividades até a hospedagem dos estudantes, onde cada dupla ou trio de estudantes é recebido por uma família da comunidade, voluntária a recebê-los. Isso favorece uma relação que exige conhecimento do local, inculturação, respeito à dimensão cultural e diversidade. O público alvo das atividades é composto por jovens (12-22 anos), adultos e idosos (26-70 anos), homens e mulheres, professores, agentes de saúde etc. Compondo um grupo variado e com diferentes faixas de conhecimento. Por isso, as atividades não devem ter restrições à faixa etária, além de possuir linguagem simples e temas, mesmo que complexos, mas tratados de forma simples.

Cada atividade proposta é ministrada por estudantes de graduação na sua respectiva área de conhecimento. A abordagem deve ser adaptada ao tempo (quatro horas), apresentada em apenas um dia, repetindo a oficina duas vezes no mesmo dia, totalizando uma carga horária de oito horas. De acordo com a necessidade uma oficina é ministrada por até três estudantes. Os mesmos são responsáveis pela adaptação da atividade e materiais não disponíveis visto que alguns são facilmente disponibilizados pela comunidade, desde que avisados previamente. As oficinas devem ser adaptadas a diferentes condições ou situação que não dependam exclusivamente de energia elétrica, sala de aula, recursos digitais etc. Ainda, devem abranger temas relacionados à vida rural, produção saudável de alimentos, sustentabilidade na produção agropecuária, agroecologia, produção animal e vegetal, conservação de recursos naturais e outros temas pertinentes às ciências agrárias.

A primeira atividade de extensão realizada na escola da Aldeia Santa Cruz, pertencente a Reserva Xakriabá, localizada no município de São João das Missões foi

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

realizada no segundo semestre do ano de 2015, a convite de uma estudante indígena membro da aldeia e estudante do curso de Agronomia da UFMG. Contou com a participação de estudantes dos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Zootecnia e do PET-Agronomia da UFMG. As atividades foram ministradas com os seguintes temas:

Manejo de agrotóxicos e preparo de caldas alternativas

Inclui a abordagem de técnicas corretas e seguras para aplicação de agroquímicos. Preparo de caldas e extratos vegetais alternativos para o controle de pragas em culturas. Manejo de pragas e doenças em sistemas de cultivo simples de forma ecológica e sustentável, garantindo a qualidade e segurança dos alimentos produzidos.

Aplicações alternativas em criações animais

Abordagem sobre o controle de parasitoses em pequenos e grandes animais. Preparo de antiparasitário simples e alternativo para o controle de verminoses em rebanhos e pequenos animais. Cuidados com pequenas criações e manejo sanitário.

Técnicas Alternativas em olericultura

Princípios agroecológicos na olericultura. Materiais recicláveis na construção e implantação de uma horta. Preparo de compostagem para adubação e manutenção da fertilidade de canteiros, noções de conservação do solo e da água, formas de plantio direto, indireto e conservação de sementes. Canteiro econômico: metodologia, implantação e cuidados.

Produção de mudas

Introdução aos quintais agroecológicos e plantio de frutíferas. Abordagem sobre técnicas de propagação de plantas (enxertia, estaquia, etc.) e cuidados na manutenção de pomares com enfoque nas frutíferas nativas da região.

Uso de plantas medicinais e preparo de fitoterápicos simples

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Abordagem sobre o uso de plantas medicinais comumente conhecidas, seus princípios ativos, conservação e propagação. Preparo de fitoterápicos simples (chá, xarope, pomada).

Tratamento artesanal da madeira

Forma alternativa de preparo de uma solução imunizadora para tratamento de madeira com a compra em separado dos ingredientes, de forma a baratear seu custo. Conservação da madeira para a utilização em cercas, fabricação artesanal de móveis e recomendações de segurança no tratamento da madeira.



Figura 1: Ambientes para execução das oficinas na Aldeia Santa Cruz, na Reserva Xakriabá em São João das Missões - MG. Fonte: *(Arquivo pessoal)*

Podem ser distribuídos materiais didáticos sobre as oficinas executadas como, cartilhas e blocos de anotações, desde que não sejam de caráter exclusivamente técnico. São oferecidos certificados de palestrante aos estudantes que ministraram oficina correspondente a oito horas (a mesma oficina de quatro horas é ministrada duas vezes ao

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



dia). À comunidade também é oferecida certificação, correspondente a oficina em que participaram. O registro das atividades também é feito a partir de fotografias e material em vídeo além do controle interno de participantes. Cada membro pode participar de até duas oficinas diferentes oferecidas no dia, mas, não deve participar da mesma. São oferecidas por oficina até 20 vagas mediante a demanda, interesse e disponibilidade de materiais. Contudo, fica a critério do palestrante a maior ou menor disponibilidade de vagas, de modo que não prejudique o andamento da atividade. Além da participação de moradores da Aldeia Santa Cruz, houve participação de moradores de aldeias e comunidades próximas como, Aldeia Itapicuru, Alto Tamarim e São Domingos, não sendo as atividades restritas apenas a uma aldeia.

Considerações finais

A ação permite a troca de conhecimento com a comunidade, aperfeiçoamento dos estudantes em extensão e cidadania e respeito à diversidade. Isso fortalece as relações entre os estudantes, comunidades tradicionais e a universidade, cumprindo assim seu papel de desenvolvimento social. A comunidade apresentou grande participação e envolvimento nas atividades, com perguntas e observações, bem como no acolhimento dos estudantes. Deve-se ressaltar que o conhecimento adquirido deve ser repassado entre os próprios membros das aldeias ou em pequenos grupos de discussão, permitindo que os ausentes ou aqueles que não participaram de determinada oficina, possam ter acesso ao conteúdo que foi ministrado.

A partir de novas atividades realizadas pode ser feito levantamento de oficinas que obtiveram maiores demanda e conseqüentemente maior número de interessados. Essas atividades podem ser repetidas novamente na próxima ação, permitindo que novos interessados participem. A inclusão de novos estudantes, cursos de graduação e áreas temáticas é importante para promover a diversidade na ação e incremento de novas atividades para a comunidade.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Referências

DINIZ, S.C.; MAGALHÃES, F.N.C.; MONTE-MOR, R.L.M. Economia e etnodesenvolvimento no território indígena Xakriabá, MG. **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**, Minas Gerais, 2002.

Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade / organizado por Ricardo Verдум; André Araujo. Brasília, DF: NEAD / SAF, 2010. 334 p. : il. ; color. ; 24 cm ; (NEAD Experiências).

GOMES, A.M.R. O processo de escolarização entre os Xakriabá: explorando alternativas de análise na antropologia da educação. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, v.332, 2002, 32p.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Xakriabá. Enciclopédia Povos Indígena no Brasil, Brasil, janeiro 2006. [online] Disponível na Internet via. URL: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xakriaba/1154>.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:

